



Case 10: Impactos do Marco Civil da Internet

Objetivos de aprendizagem de hoje

Compreender sobre o art. 19 do MCI

Compreender sobre o case da Google

Análise contrafactual

Guia para os slides

Slides sobre o case: **marca azul**

Slides sobre pesquisa/ciência: **marca verde**

Slides sobre estatística: **marca rosa**

Resumo

A Lei nº 12.965/2014, denominada **Marco Civil da Internet** (Marco Civil), estabelece, de acordo com seu próprio texto, “princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil”.

- Destaca-se especialmente o art. 19, que discorre sobre o regime de responsabilização dos provedores de aplicações por **conteúdo de terceiros**, gerado por seus usuários.
- O dispositivo segue a lógica de que, como regra, o **autor do conteúdo** é quem deve responder pelos eventuais danos que causar.
 - **Provedores** devem ser responsabilizados se deixarem de cumprir tempestivamente **ordens judiciais**.

Art. 19 MCI

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

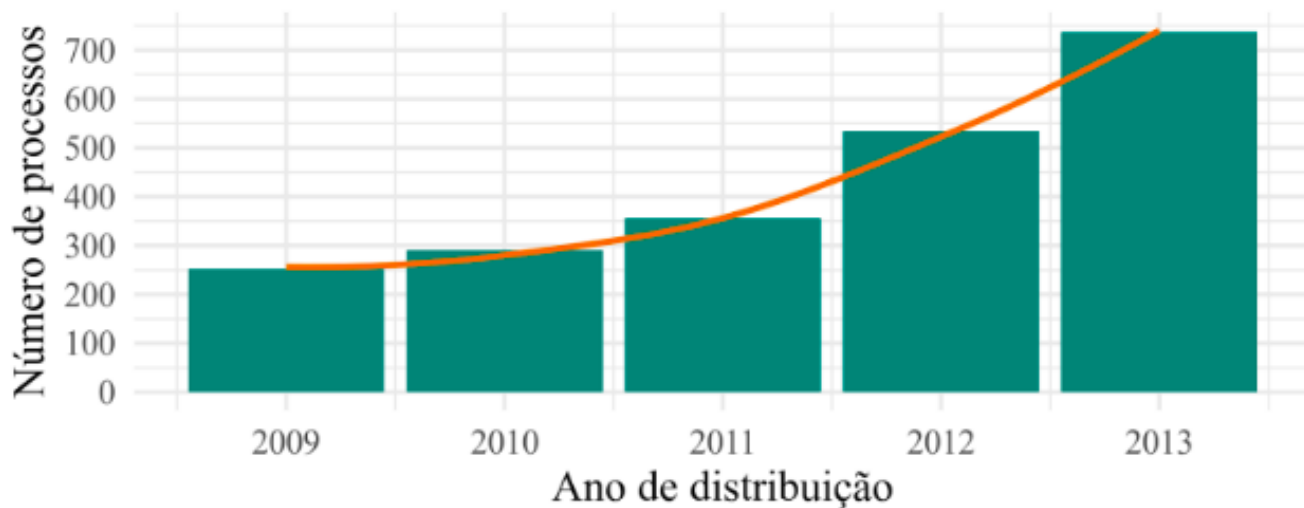
§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

...

Informações iniciais

- No estudo, encontramos um **crescimento descontrolado** do número de ações relacionadas à remoção de conteúdo gerado por terceiros antes do MCI.



Fonte
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

- No art. 19, o MCI **pretende mitigar** este cenário de insegurança ao vincular a responsabilização do provedor com a desobediência a ordem judicial, sem prejuízo de responsabilização civil do autor do material ofensivo.

Método

- Há diversos **fatores externos** que podem interferir na efetivação dos objetivos do Marco Civil.
- Dentre esses fatores encontram-se a **expansão da internet** no Brasil e a introdução do **processo judicial eletrônico**.
- Utilizamos métodos capazes de **isolar** os efeitos dos fatores exógenos e apresentar uma visão holística da aplicação prática do Marco Civil.

Dados

- **Dados internos** disponibilizados pela Google Brasil (ações judiciais propostas contra a Google Brasil por conta de conteúdo disponibilizado na plataforma YouTube, distribuídas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).
- **Dados externos** (públicos) de cinco tribunais estaduais: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS e TJBA

Pergunta principal

O advento do Marco Civil afetou o volume de demandas judiciais, a pacificação do tema e o perfil das ações de remoção de conteúdo?

Questões norteadoras

1. O advento do Marco Civil evitou o crescimento desordenado das demandas judiciais relacionadas à remoção de conteúdo?
2. O advento do Marco Civil reduziu o tempo de duração dos processos judiciais, contribuindo para a satisfação mais célere dos direitos envolvidos?
3. O advento do Marco Civil reduziu a proporção de recursos interpostos?
4. O advento do Marco Civil prejudicou a reparação das vítimas de conteúdo reputado ilícito?

Conclusões

- O Marco Civil **controlou o volume de demandas** judiciais sem prejudicar a **liberdade de expressão** e os demais direitos dos usuários.
- Ao criar regras claras para resolução desses conflitos, houve maior pacificação do tema, confirmada pelo efeito que o Marco Civil teve no **tempo de duração** dos processos e na taxa de **recorribilidade** das demandas.

Conclusões

Estatísticas gerais:

- Resultaram em **maior segurança jurídica**: o tempo de duração dos processos foi reduzido em até 45% e que a taxa de recorribilidade das ações caiu de 70/80% para 50/60%.
- **Controlaram o volume** de demandas judiciais: preveniu a judicialização de aproximadamente **seis mil conflitos** ao longo dos últimos 5 anos nos tribunais mapeados.
- A desjudicialização não implicou na ausência de tutela jurídica: a quantidade de **remoções extrajudiciais** realizadas pelos provedores de aplicação aumentou.
- Os **autores** dos conteúdos estão sendo responsabilizados civilmente pelos danos causados: a proporção de indenização contra os provedores caiu de 33% para 20%, ao passo que subiu de 50% para 58% quando há pessoa física como corréu.

Bases de dados

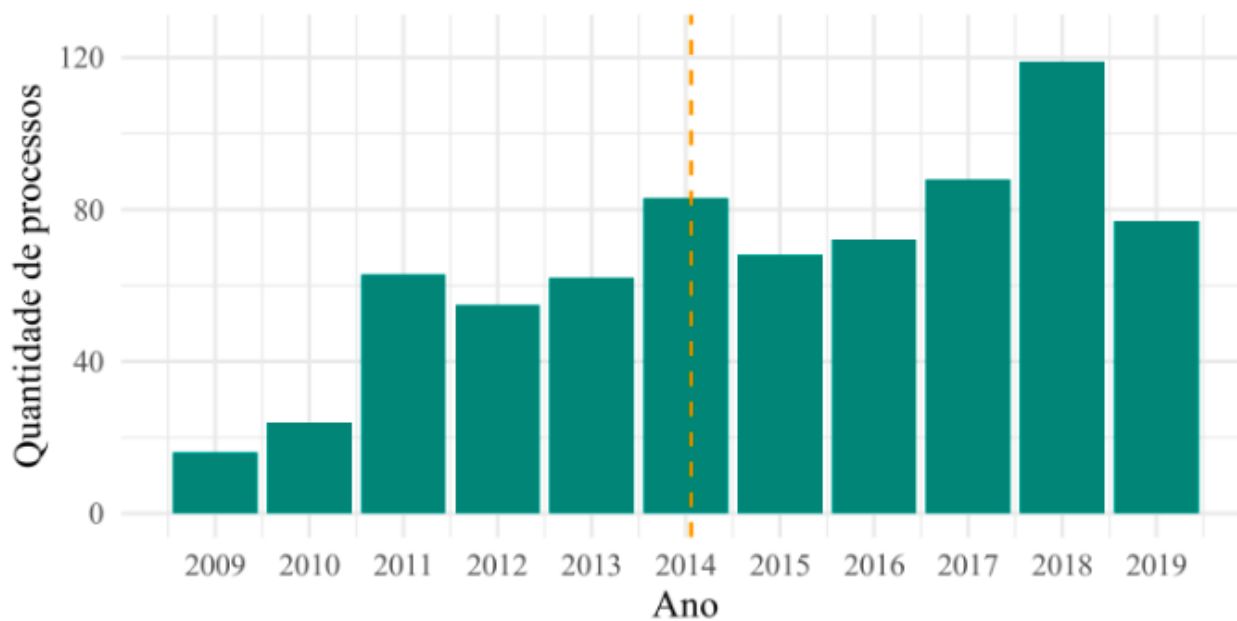
Base 1: Dados de processos relacionados ao YouTube

- Fornecidos pela Google

Base 2: Dados do judiciário

- Recorte regional: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA.
- Processos distribuídos a partir de 2010
- Envolvendo diversas empresas (Facebook, Google etc)
- Tema envolvendo remoção de conteúdo gerado por terceiro

Volume de processos



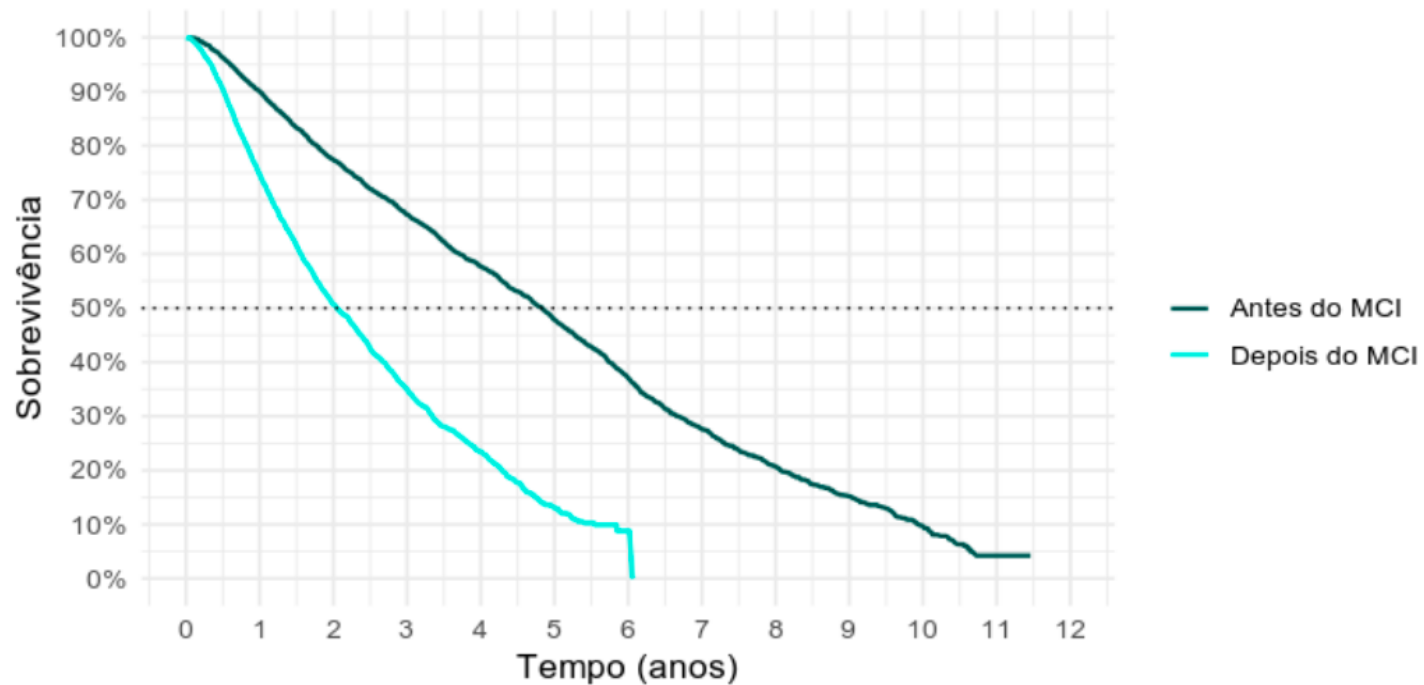
Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Volume esperado de processos



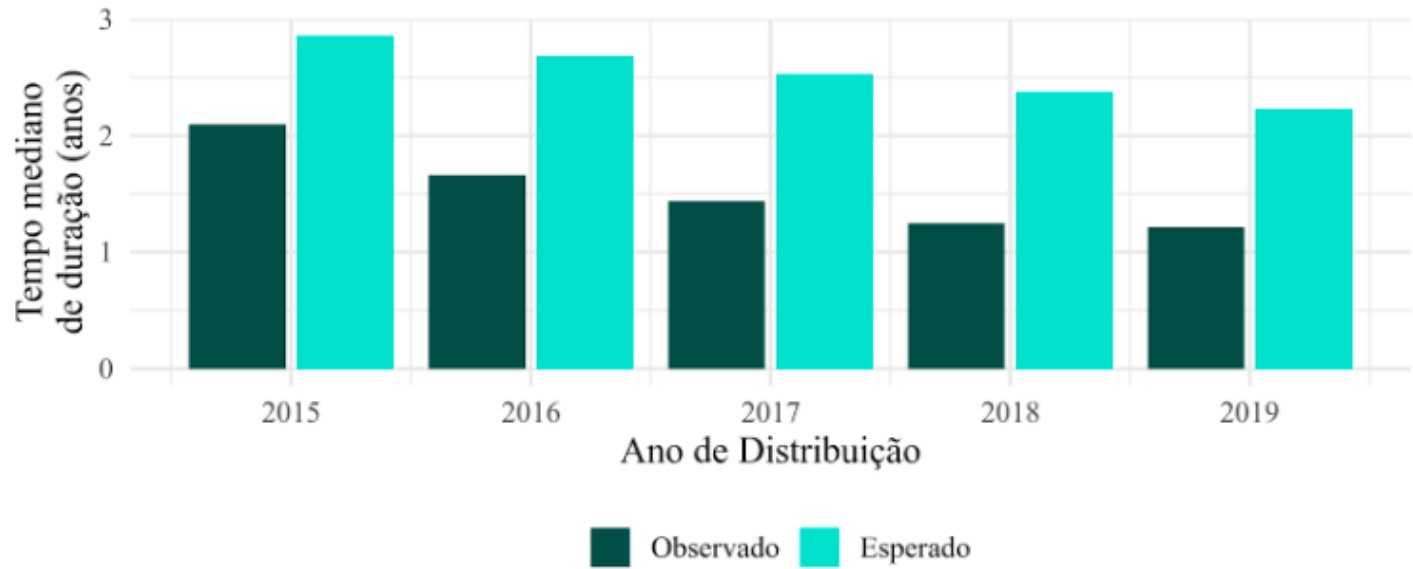
Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Tempos



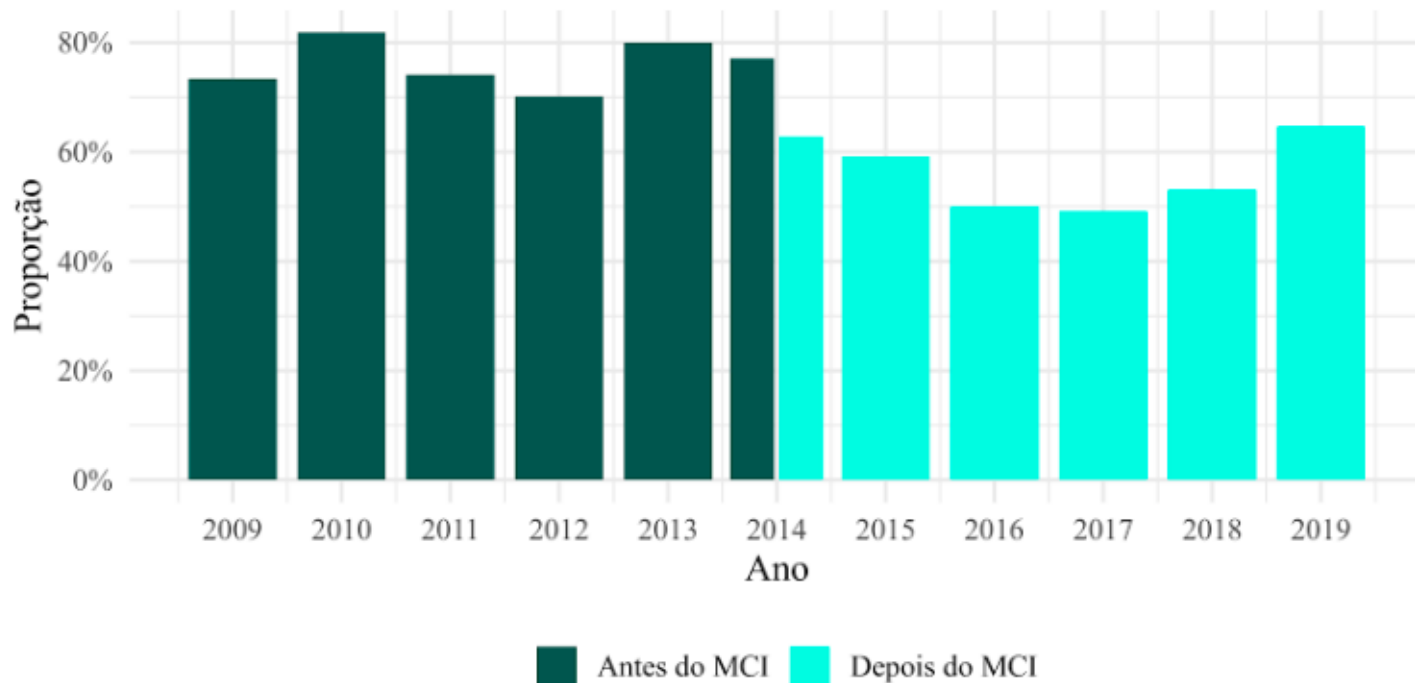
Fonte
Dados: TJSP, TJRJ, TJRS, TJMS, TJBA .
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Tempo ao longo dos anos



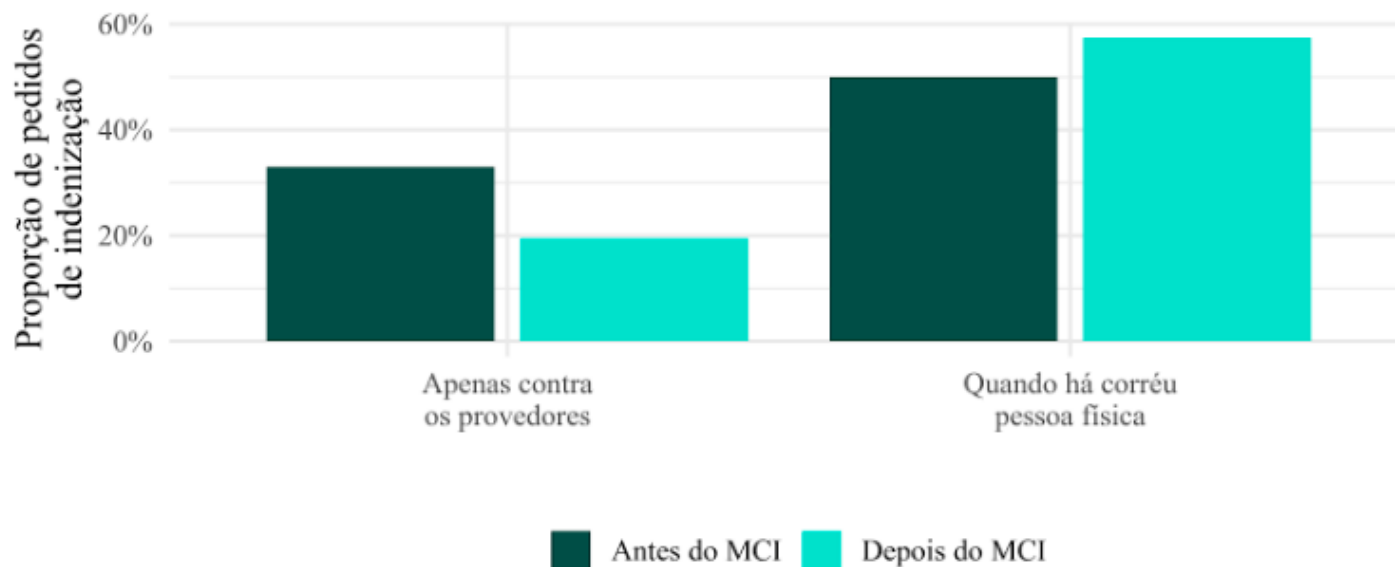
Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Modelo/Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Recorribilidade



Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Tipo de ação



Fonte
Dados: Google Brasil Internet Ltda.
Gráfico: Terranova Consultoria Ltda.

Análise contrafactual

Causalidade: habilidade de ir além da correlação e estabelecer relações concretas entre as quantidades.

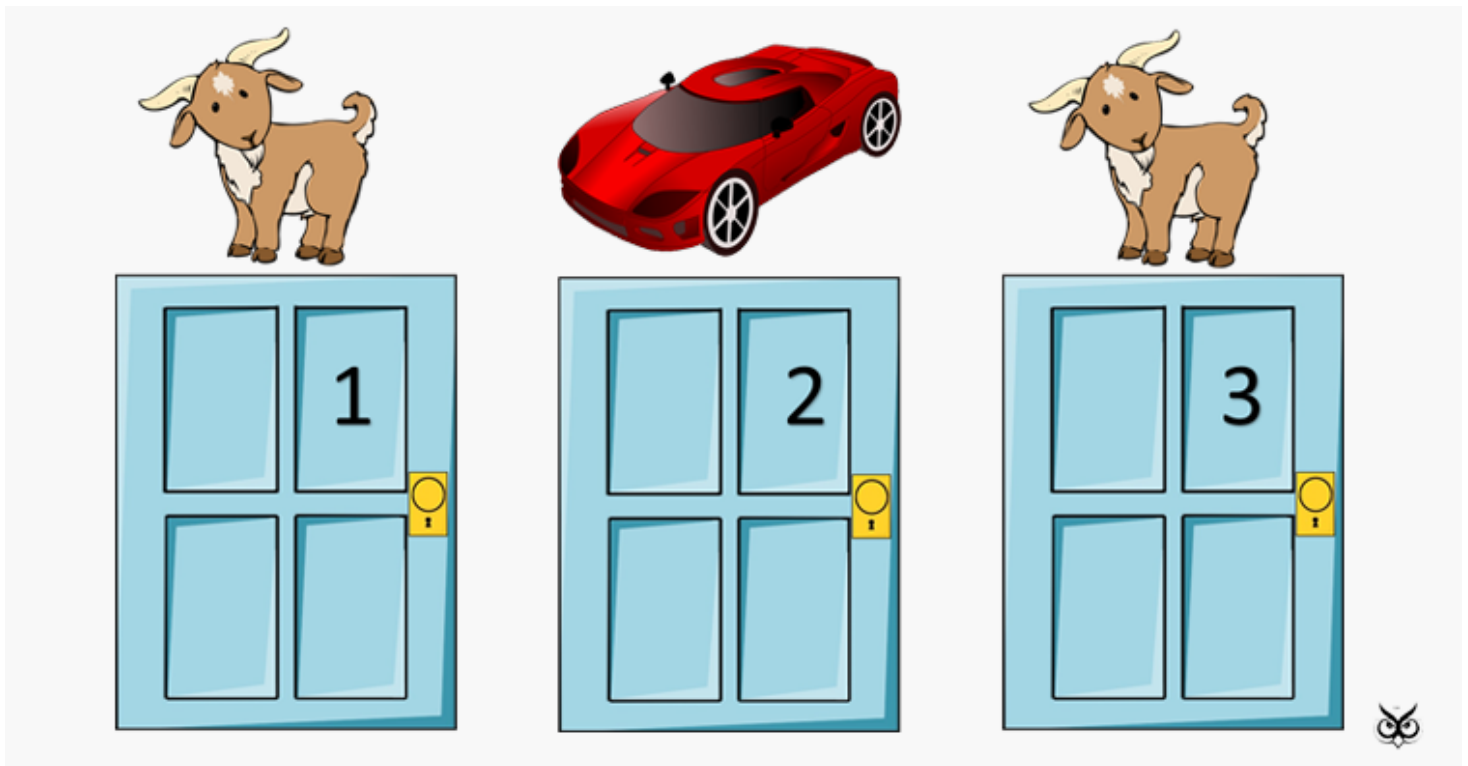
Existem três níveis de causalidade:

- **Predição:** para responder perguntas do tipo "o que?"
- **Intervenção:** para responder perguntas do tipo "como?"
- **Contrafactual:** para responder perguntas do tipo "por que?"

Paradoxos

Os paradoxos abaixo são explicados pela teoria de Pearl da causalidade.

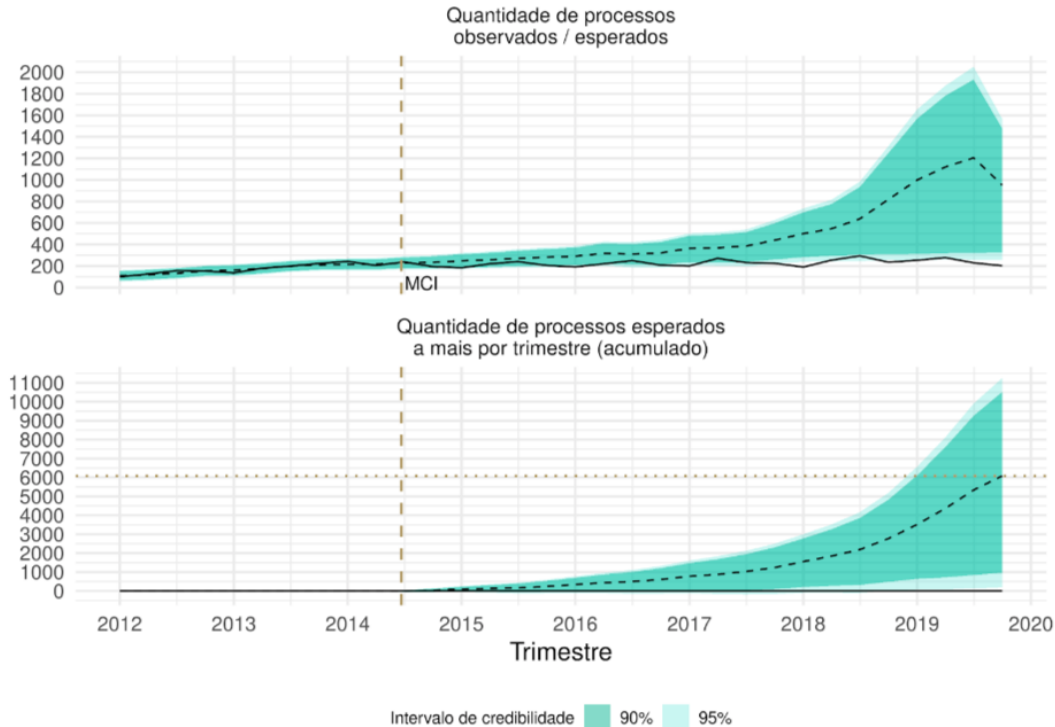
Apresentação data are dumb



Voltando ao case

Nome	Descrição	Periodicidade	Fonte	Importância	Explicação para correlação
Acesso à internet	Proporção de domicílios com acesso à internet	Anual	Cetic.br	Média	Acesso à internet está diretamente relacionado com o uso das plataformas digitais de interesse no estudo.
Usuários Facebook	Quantidade de usuários mensais no Facebook (milhões)	Trimestral	Statista.com	Alta	Número de processos em geral deve ter correlação positiva com o número de usuários (global) do Facebook
Canais YouTube	Quantidade de canais do YouTube	Mensal	Google: dados do YouTube	Alta	Número de processos em geral devem crescer conforme o número de usuários e interações do YouTube.
Visualizações YouTube	Quantidade de visualizações de vídeos do YouTube	Mensal	Google: dados do YouTube	Média	Número de processos em geral devem crescer conforme o número de usuários e interações do YouTube.
Casos novos	Processos distribuídos na Justiça Estadual de São Paulo	Anual	CNJ: Justiça em Números	Média	A litigiosidade em geral pode estar relacionada com a quantidade de ações no tema específico.
Casos novos / 100k hab	Processos distribuídos na Justiça Estadual de São Paulo, dividido pela população	Anual	CNJ: Justiça em Números	Média	A litigiosidade per capita pode ser interpretada como uma métrica de facilitação do acesso à justiça.
PIB	Produto Interno Bruto, referência em 2010	Trimestral	Fundação Seade	Baixa	Maior PIB pode indicar maior atividade no mercado, com possíveis efeitos indiretos sobre a quantidade de processos.
PIB per capita	PIB dividido pela população	Anual/trimestral	Fundação Seade / IBGE	Baixa	Existe correlação entre litigiosidade e desenvolvimento da sociedade. Está sendo utilizado como proxy do IDH.

Análise contrafactual



Quantidade de processos considerados na base: **7628**

Quantidade de processos distribuídos após o MCI: **5010**

Quantidade esperada de processos não fosse o MCI:
 $5010 + 6084 = \mathbf{11.094}$ (↑121%)

Visual law

ART. 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET: SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA INTERNET



O novo regime legal não dificultou a remoção de conteúdo da internet, nem gerou um aumento da judicialização. Pelo contrário, ao racionalizar o sistema, estabilizou a quantidade de ações e diminuiu seu tempo de tramitação, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis e que as respostas sejam mais rápidas

O QUE É O ESTUDO

- O estudo de **jurimetria** avaliou o impacto do Marco Civil da Internet sobre a litigiosidade em torno da remoção de conteúdo na internet, com objetivo de contribuir para a discussão, no Supremo Tribunal Federal, sobre o regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdo gerado pelos usuários (Temas de Repercussão Geral nºs 533 e 987)



COMO O ESTUDO FOI FEITO

11 ANOS DE DADOS DO YOUTUBE

Para a primeira análise, foram estudadas **729 ações** de remoção de conteúdo do YouTube ajuizadas no Estado de SP (2009 e 2019)



VALIDAÇÃO COM DADOS PÚBLICOS

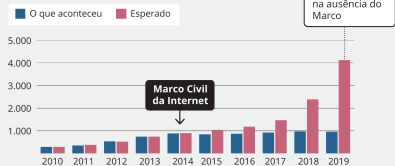
Com o objetivo de validar os resultados obtidos na base de dados interna e verificar sua representatividade no volume geral de ações, a **Terranova**, consultoria estatística especializada em **jurimetria**, também coletou, estruturou e analisou **mais de 8.000 ações de mesma natureza** dos principais provedores de aplicação do país provenientes de cinco tribunais estaduais

- Os modelos estatísticos e análises realizadas mostraram que os dados do YouTube **são representativos**, que os resultados são consistentes em ambas as bases e que não levam a conclusões contraditórias

RESULTADOS: ART. 19 MARCO CIVIL É EXEMPLO DE IMPACTO REGULATÓRIO POSITIVO

MENOS AÇÕES JUDICIAIS

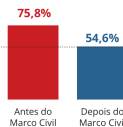
O Marco Civil evitou mais de **cinco mil novas demandas** judiciais ao longo dos últimos 5 anos, nos tribunais mapeados no estudo de jurimetria



Número total de ações ajuizadas no período poderia ser **115% maior** na ausência do Marco

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA, MENOS RECURSOS

TAXA DE RECORRIBILIDADE



APLICAÇÃO EFICIENTE DE POLÍTICAS CONTRA CONTEÚDO NÓCIVO

- A racionalização não afastou a tutela jurídica. Seguindo tendências modernas na administração da justiça, a vigência do Marco Civil veio acompanhada de maior eficiência nos mecanismos extrajudiciais. Os provedores de aplicação têm removido mais conteúdo tóxico, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis que envolvem a ponderação elaborada de direitos fundamentais

- Os usuários têm acesso a ferramentas cada vez mais eficientes para a remoção de conteúdo enganoso ou nocivo, como discurso de ódio, violento ou abusivo. Só no YouTube, a quantidade de remoções extrajudiciais aumentou, em média, em cerca de **10% por ano**

O volume esperado de ações foi estimado com base em modelos estatísticos que levaram em consideração a evolução histórica do número de casos e características sociais, como o acesso à internet e volume de usuários

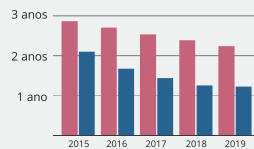
SOLUÇÕES MAIS RÁPIDAS

- O estudo identificou uma **tendência generalizada de redução no tempo** de duração dos processos judiciais nos últimos anos como consequência do aumento da eficiência do Poder Judiciário
- Em especial, nos casos envolvendo o YouTube, essa redução foi ainda mais significativa, alcançando o patamar de 45%. Isso ocorreu em razão do **maior grau de segurança jurídica produzido pelo art. 19 do Marco Civil da Internet** e da redução expressiva na taxa de recorribilidade nas ações envolvendo o YouTube



Tempo mediano

Esperado sem o MCI O que aconteceu



Tempo mediano nos casos do YouTube foi **reduzido em 45%**: de 2,5 para 1,4 anos

CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelo estudo de jurimetria confirmam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet produziu os impactos positivos desejados pelo legislador

- Prevenção de aproximadamente **6.000** conflitos ao longo dos últimos **5 anos**
- Queda de até **45%** no tempo de duração dos processos
- Expressiva **queda na taxa de recorribilidade**

O Marco Civil atingiu as principais metas que se espera de uma reforma legislativa de um sistema que envolve o delicado equilíbrio entre direitos individuais e liberdades públicas: **incentivou a desjudicialização sem restringir direitos**, preveniu litígios frívolos e tornou as ações judiciais remanescentes mais rápidas e efetivas

Quiz



<https://forms.office.com/r/A5UVw6DX2B>

Obrigado!

Julio Trecenti